

Um ano inteiro sem dinheiro

A história das negociações — seria melhor dizer, da perseguição — do chamado empréstimo jumbo, destinado a fechar as contas externas de 1983, começa justamente no início do ano passado ou, ao gosto do freguês, até mesmo um pouco antes. Depois de negar categoricamente a "ida ao FMI", durante toda a campanha eleitoral de 1982, finalmente, passada a eleição, começam os entendimentos oficiais, com a chegada da primeira missão do FMI e, em fevereiro, o Brasil formaliza sua primeira carta de intenções, prometendo conter a inflação em menos de 80%.

Iniciadas as negociações em torno dos projetos de empréstimos externos numerados de um a quatro (este último, agora apelidado de jumbo), logo a seguir, ainda no primeiro semestre de 83, o FMI suspende a liberação da segunda parcela do empréstimo, quando se torna evidente que a carta de intenções iria ficar, mesmo, apenas nas intenções. Um aditamento à primeira carta, conhecido como segunda carta de intenções, corrigindo as promessas originais, é aceito pelo FMI, mas a segunda parcela do empréstimo permanece congelada, e, em

consequência, param também as negociações em torno dos demais projetos de empréstimos externos para fechar as contas de 83.

Na virada do semestre, o Brasil volta a se agitar com o anúncio, pelo ministro Galveas, de um novo acordo com o FMI, dentro de uma semana. Na verdade, este novo acordo somente será assinado em novembro, após a aprovação do Decreto-lei 2065, em substituição aos anteriores 2045 e 2064.

Neste meio tempo, as promessas de controle da inflação foram sendo empurradas para 125, 150, 160 e finalmente 180%, quando este último índice já era um fato consumado. Com o Brasil praticamente asfixiado pela falta de dólares, correram boatos de racionamento de combustíveis, credores internacionais se espantaram com o crescimento da ideia da moratória unilateral, Carlos Langoni demitiu-se da presidência do Banco Central, falou-se em abrir o país à entrada de bancos estrangeiros, o câmbio foi centralizado e, no dia 14 de dezembro, o governo anuncia mudanças na lei de remessa de lucros.

O jumbo, variando de US\$

6,5 bilhões de dólares, necessário para o fechamento das contas externas de 1983, manteve-se em compasso de espera durante todo o segundo semestre, uma vez que desde agosto o FMI havia protelado qualquer acordo somente para outro e, depois, para novembro. Mas, se o acordo era pré-requisito para o Brasil obter o jumbo, ficou fartamente demonstrado que o fechamento do novo acordo não implicava no fechamento do jumbo, como o governo queria fazer acreditar. Dez dias antes do último acordo com o FMI, a 10 de novembro, Galveas já anunciava que estava acertado o empréstimo de US\$ 6,5 bilhões com os bancos internacionais. Não estava. A 25 de novembro, anuncia-se que já estão acertados US\$ 6 bilhões. Também não estavam, e a 14 de janeiro o governo anuncia as alterações na lei de remessa de lucros, seguida nos primeiros dias de janeiro, da extinção da Digi-brás, estatal encarregada da formação de know-how na área de informática, sob pressão direta da IBM, que cria duas novas diretorias no Brasil, de marketing e de pesquisa, na luta para romper a reserva de mercado na área dos minicomputadores.